

# GEOPOLÍTICA, CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS<sup>1</sup>

Geopolitics, Political Science and International Relations

Geopolítica, Ciencia Política y Relaciones Internacionales

Shiguenoli Miyamoto<sup>1</sup>  
*Universidade Estadual de Campinas - Brasil*

## RESUMO

O texto tece considerações sobre a importância da geopolítica nas relações internacionais. Menciona os fatores geográficos como elementos que tem sido utilizados, historicamente, pelos Estados na formulação e implementação de suas políticas públicas, basicamente nas áreas de defesa e segurança nacionais. São feitas observações sobre autores tradicionais das escolas geopolíticas e suas possíveis influências em determinados momentos das relações internacionais. O texto realça, também, a perda relativa do papel da geopolítica nas décadas mais recentes, com o avanço da ciência e da tecnologia. Estas últimas, em grande parte, substituíram variáveis como o território, as forças armadas, os recursos naturais e a população, na aferição do poder internacional.

**Palavras-chave:** geopolítica; relações internacionais; política externa; poder nacional; defesa e segurança internacional.

## ABSTRACT

The text analysis the importance of geopolitics on the field of international relations. Geographical factors have been used historically by the States on both formulating and implementing their public policies, basically on the subjects of national defense and security. Notes about traditional authors of geopolitics schools and their possible influence on certain moments of international relations are made. The text also emphasize the relative loss of geopolitics role in the most recent decades, given the improvement of science and technology.

**Keywords:** Geopolitics; international relations; foreign policy; national power; defense and international security

## RESUMEN

El texto estudia la importancia de la geopolítica en las relaciones internacionales. Los factores geográficos se constituyen en elementos utilizados históricamente por los Estados en la formulación y ejecución de sus políticas públicas, en las áreas de defensa y seguridad nacional. Autores y escuelas geopolíticas tradicionales y sus posibles reflejos en distintos momentos de las coyunturas internacionales. En el texto destacamos también una relativa disminución de importancia de la geopolítica en las últimas décadas, con el avance de la ciencia y la tecnología. Factores como territorio, fuerzas armadas, recursos naturales y la población, han sido reemplazados para mensurar el poder internacional.

**Palabras clave:** Geopolítica; relaciones internacionales; política exterior; poder nacional; defensa y seguridad internacional

## INTRODUÇÃO

Sem qualquer pudor, a geopolítica tem sido utilizada de forma indiscriminada para designar situações bastante diversas. Tornou-se comum inserir a palavra geopolítica para se referir a qualquer acontecimento ou assunto. Isso se verifica tanto por parte do meio acadêmico, quanto pelos meios de comunicação de massa (jornais, rádios, televisão, internet, etc.).

Geopolítica do café, geopolítica do verde, geopolítica do futebol, geopolítica da arte, geopolítica da cultura, geopolítica da saúde,

geopolítica do desenvolvimento, geopolítica do voto, geopolítica das eleições, geopolítica da habitação, geopolítica da internet, geopolítica do crime, geopolítica do tráfico são apenas algumas das centenas de exemplos que podem ser lembrados e que se converteram em termos explicativos para designar o “estado da arte” ou o estágio em que se encontra determinada área ou tema.

Espera-se assim que qualquer pessoa entenda o significado de tais designações, embora não se questione a origem ou o próprio

significado do vocábulo. Isso tem acontecido não apenas com a geopolítica, mas também com dezenas de outras palavras. Estas, ao longo do tempo e da história, passaram a assumir significados distintos dos originais, muitas vezes apresentando conotações ideológicas que podem afetar o bom entendimento que se pretende sobre determinado tema.

A palavra estratégia pode ser mencionada como um dos termos que, igualmente, sofreu mudanças bruscas, descaracterizando-se o seu significado original. Esse vocábulo está vinculo à guerra, à forma como os exércitos antigos iriam combater. O que se mais observa, cotidianamente, porém, é o seu uso de forma generalizada: estratégia de marketing, estratégia do futebol, estratégia de corrida, estratégia para a realização de um texto ou livro, etc.

O termo narcotráfico da forma como é apresentado é um dos que mais prejuízos acarreta para se referir à questão das drogas. Quanto foi cunhada em 1981 na administração de Ronald Reagan, a terminologia narcotráfico passou a abranger, propositadamente, todas as drogas na mesma categoria de narcóticos, sendo que sua eliminação (no caso sul-americano) levaria a um desenvolvimento mais harmônico de toda a região. Ao categorizar as drogas sob esse prisma, incluíram-se desde os grandes cartéis que negociam cocaína até as populações indígenas das montanhas andinas que, tradicionalmente, há séculos utilizam a folha de coca para minimizar os efeitos da atitude e do frio da grande cordilheira sul-americana.

Mesmo em atividades como as que exercemos ocorrem equívocos de interpretação das designações e títulos. Assim, profissionais

de categorias diversas utilizam o termo doutor acoplado ao nome, quando existem normas específicas que concedem o referido título, nos cursos de pós-graduação do país. A terminologia professor, a partir dos anos 80, passou por igual experiência sendo utilizada em oportunidades diversas, por exemplo, por atletas para se referir ao técnico/treinador de sua agremiação ou categoria.

O objetivo deste texto é discutir a interface entre geopolítica e relações internacionais, pensada da forma clássica, da mesma forma como foi originalmente pensada e utilizada, procurando evitar usos e abusos fora de contexto. Para isso, lançaremos mãos de alguns autores considerados importantes para o desenvolvimento dessa área de conhecimentos e que foram, igualmente, alterando a preponderância de cada variável conforme o avançar da história. Mas, ao contrário do que muitas vezes se escreveu, a geopolítica continua viva, ainda que nem sempre com o mesmo vigor, nem reproduzida integralmente com as mesmas características das teorias produzidas na virada do século XIX para o XX. Porém, jamais foi abandonada, tanto na elaboração das políticas públicas domésticas, quanto para aquelas voltadas para o concerto das relações internacionais.

## **ESTADO, PODER E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Fazendo parte de uma constelação global composta por mais de duas centenas de Estados Nacionais, cada um deles ocupa lugar com maior ou menor proeminência em tal estratificação de poder. O status usufruído nessa

classificação não é definitivo e oscila conforme a evolução da História. E, importante, a projeção internacional de um Estado não depende apenas de sua vontade e de seu poder, mas necessita ser legitimado pelos demais da comunidade das nações.

A capacidade de um país no âmbito mundial varia de acordo com o poder usufruído em termos comparados com os demais. Isso quer dizer que não existe poder absoluto, nem segurança absoluta para nenhum dos atores. Cada um dispõe de variáveis e elementos mais favoráveis ou menores em termos qualitativos e quantitativos, e que são constantemente aferidos pela comunidade internacional.

Possuidores de espíritos nacionais diferentes, cada Estado procura incrementar seu poder através de métodos e critérios diferenciados, desde o uso da força até influências políticas, econômicas, tecnológicas e sobretudo culturais. O aumento desse poder (que em âmbito doméstico costuma ser designado como poder nacional) é mensurado em termos quantitativos, comparando-o com os demais agentes que disputam o jogo mundial do poder.

Da mesma forma, nenhum país jamais deteve ou foi portador de uma segurança absoluta nos planos militar, econômico ou cultural, e considerada inviolável, inexpugnável, inatacável. Se tal ocorresse, o sistema internacional teria características interessantes: na hipótese de um Estado obter uma segurança absoluta, todos os demais Estados estariam regidos por um modelo de insegurança absoluta.

Por isso, os equipamentos nucleares nunca foram considerados armamentos para uso cotidiano, mas sim percebidos como elementos de dissuasão. A possibilidade de retaliação imediata vinda do lado inicialmente atacado levaria a um conflito sem vencedores, justamente pela inexistência de escudos protetores que tornassem os países invulneráveis, como ocorrido durante a Guerra Fria entre Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Na tentativa de maximizar seus poderes, os governantes e Estados conferiram (e continuam fazendo o mesmo) importância a fatores que desempenharam (ou permanecem) função importante na aferição do poder mundial.

Muitos desses fatores perduram, mas outras variáveis tão ou mais importantes assumiram destaque, sobretudo a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o controle da tecnologia atômica reduziu possíveis “invulnerabilidades territoriais”. Tais invulnerabilidades seriam, por exemplo, favorecidas pelos mares e pelas distâncias entre os contendores, e poderiam existir se fossem utilizados apenas recursos tradicionais, com equipamentos convencionais de limitado alcance.

Tradicionalmente, os Estados Unidos da América se enquadrariam nessa categoria, como um país invulnerável, uma vez que se apresentam favorecidos pela geografia e pela política, cercados por dois grandes oceanos e com vizinhos ao Norte e ao Sul com quem não apresentam disputas territoriais há muitas gerações. Era nessa direção que caminhavam, por exemplo, argumentos como os de Hans Morgenthau (2003, p. 215) O advento do

primeiro satélite soviético em 1957 alteraria essa realidade, assim como os eventos de 11 de setembro de 2001 derrubaram de vez o raciocínio daqueles que consideravam tal país inatacável.

Nos parágrafos seguintes, vamos discorrer sobre alguns desses elementos e como foram pensados pelos diversos atores para maximizar a grandeza dos Estados Nacionais, procurando fazer, portanto, com que ocupassem papel proeminente no concerto internacional, no topo da pirâmide de poder.

Em obra escrita nos anos 60 Renouvin e Duroselle (1967, p. 11-34) chamavam atenção para a importância da geografia na análise das relações internacionais. Inserido na primeira parte do livro, em item designado "As forças profundas", os autores examinam com especial cuidado os fatores geográficos. Para eles

O estudo das relações internacionais, quer aplicado às relações entre os povos, quer às relações entre os Estados, deve levar em linha de alta consideração essas influências do meio físico, quase sempre sensíveis no comportamento dos povos, nos contatos comerciais ou políticas e no respectivo poder dos Estados.(RENOUVIN & DUROSELLE, 1967, p. 11).

Os autores não se mostram, entretanto, adeptos da corrente teórica conhecida como determinista, uma vez que ressalvam o papel da ação humana, submetendo ou procurando reduzir a influência do meio físico na história. Quer dizer, relativizam o papel exercido pelos elementos geográficos nas políticas nacionais e mundiais. Mas levantam como pergunta qual seria o êxito dos agrupamentos humanos em tal

tarefa? Entre os fatores geográficos considerados importantes pelos geopolíticos, mencionam e discutem as qualidades e os recursos do território, discorrendo sobre o papel do clima, a influência do relevo, da hidrografia e até a qualidade dos solos. Conceitos que são caros aos geopolíticos como a posição do território, contemplando o acesso ao mar, o controle das vias de passagem ou mesmo a posição insular desfrutada por determinados Estados são discutidos para avaliar o seu peso no sistema mundial de poder.

No que se refere ao espaço do território consideram que a tendência política adotada pelos governos daquele momento era um declínio pelo aumento físico do Estado. E concluem, explicitando o que consideram ter ocorrido na história levando em conta a própria existência dos tratados internacionais:

Em todas essas ocasiões, as preocupações estatais de poder, de segurança ou de prestígio, e as forças sentimentais encontraram sua expressão, a despeito das condições geográficas. Por toda parte as violências exercidas pelo meio físico diminuíram sensivelmente, como resultado das iniciativas tomadas pelo homem. (RENOUVIN & DUROSELLE, 1967, p.34)

A geografia mantém conexões bastante estreitas com a política em todos os momentos da História. A constituição dos reinos e Estados não deixa margens a qualquer dúvida sobre esse fato. Por isso, autores mostram frequentemente os vínculos entre essas disciplinas, apontando como influenciam, de formas diferenciadas, dependendo de cada período histórico, as

políticas domésticas e aquelas que dizem respeito as relações bilaterais e multilaterais.

Procura-se apontar a importância dos fatores geográficos no processo histórico, como faz Hassinger (1958, p. 13-22). Para ele “a geografia não se restringe, frente à História, a um papel de servidora, desempenhando papel de fundo e de funções acessórias, mas sim que intervém com caráter estruturante nos dramas que se representam no cenário humano”. E apresenta conclusão diferente daquela exposta por Renouvin & Duroselle:

O homem não pode subtrair-se em absoluto à ação das condições naturais, políticas e culturais de seu espaço vital. Essas condições são dadas, fixas, ainda que possam modificar-se constantemente em seus efeitos com o quadro espacial da humanidade e também com seu progressivo desenvolvimento cultural. Através desse muda-se a paisagem; porém o homem muda também dentro da paisagem por ele transformada. A vitória sobre a natureza, da qual com frequência se jacta o homem civilizado, é uma ilusão no sentido de que, se bem que seja certo que com seus avanços técnicos supera resistências naturais, a realização desses avanços e a medida do esforço necessário são sempre ditados pela natureza. (HASSINGER, 1958, p. 19)

Um elemento importante nessa forma de entendimento dos fatores geográficos é sua estreita associação com o poder do Estado. A geopolítica deve ser entendida, portanto, sob esse prisma. Trata-se de uma teoria do poder. O uso dos fatores geográficos deve assim, auxiliar na formulação das políticas públicas, sobretudo nas de defesa e segurança nacionais, visando o fortalecimento do poder de um país frente aos seus vizinhos ou inimigos.

Mesmo quando o termo geopolítica nem sequer era conhecido, jamais os meios físicos dos territórios deixaram de ser considerados. E associados regularmente com o poder nacional. Autores de matrizes teóricas distintas, formuladores de políticas nacionais e construtores de impérios podem ser lembrados em momentos marcantes da história mundial, que recorreram ou se esqueceram do meio ambiente para atuar nas relações bilaterais ou multilaterais, na tentativa de ampliar seus domínios territoriais.

Napoleão Bonaparte é um desses exemplos. Em carta escrita ao rei da Prússia em 1804, lembrava que o poder dos Estados está em sua geografia. Conhecido por suas habilidades militares esqueceu-se, todavia, das mesmas em mais de uma ocasião, quando invadiu, por exemplo, a Rússia dos czares em 24 de junho de 1812. Adentrando o território daquele país sofreu considerável revés poucos meses depois, com a chegada do rigoroso inverno ao qual suas tropas não estavam habituadas. Provavelmente negligenciara não apenas a afirmação por ele mesmo feita alguns anos antes, como também não se lembrou do que a História já registrara anteriormente nessa mesma região, quando o príncipe Alexandre Nevsky no século XIII, na batalha do gelo em 1242, derrotou os cavaleiros teutônicos, que se atreveram a invadir territórios russos.

Em momentos mais próximos, mas em condições ambientais semelhantes, o III Reich amargou desastroso fracasso, quando as tropas alemãs invadiram a União Soviética em 22 de junho de 1941. Vale lembrar que ocorreu naquele ano o rompimento do pacto de não

agressão mútua firmado pelos chanceleres Joachim von Ribbentrop e Vysacheslav Molotov (German-Soviet Nonaggression Pact), pouco tempo antes, em 23 de agosto de 1939 na cidade de Moscou.

Autores como Alexis de Tocqueville e Antônio Gramsci podem servir de referência para a importância que conferiram aos fatores geográficos, vinculando-os diretamente as políticas de poder. Para o primeiro, em obra produzida ainda no século XIX, após extensa viagem realizada ao território norte-americano em 1831, o futuro reservava importante papel para dois grandes países. Um deles, objeto de seu particular interesse, era os Estados Unidos da América a quem, através de suas instituições, além das outras variáveis, estava destinado um papel de primeira grandeza. O outro país destacado era a Rússia ainda que destituída das instituições que encontrara no continente norteamericano. Segundo suas observações publicadas pela primeira vez em 1835

Há hoje na Terra dois grandes povos que, partindo de pontos diferentes, parecem avançar rumo ao mesmo objetivo: os russos e os anglo-americanos. Ambos cresceram na obscuridade e, enquanto os olhares dos homens estavam ocupados em outras partes, colocaram-se de repente na linha de frente das nações, e o mundo tomou conhecimento quase ao mesmo tempo de seu nascimento e de sua grandeza (...) O ponto de partida de ambos é diferente, diversos são seus caminhos; no entanto cada um deles parece chamado, por um desígnio secreto da Providência, a ter um dia em suas mãos o destino de metade do mundo. TOCQUEVILLE, 2005, 476-477)

De tradição marxista, Gramsci (1968, p. 191), por sua vez, não deixa dúvidas sobre os requisitos elencados para se caracterizar uma grande potência, diferenciando aqueles que têm mais poder daqueles que usufruem quantidades menores: extensão do território, força econômica e força militar. Sobre esses elementos e o que entende por essas variáveis diz o seguinte:

A força militar sintetiza o valor da extensão territorial (com população adequada, naturalmente) e do potencial econômico. Deve-se considerar concretamente no elemento territorial a posição geográfica. Deve-se distinguir na força econômica a capacidade industrial e agrícola (forças produtivas) da capacidade financeira... Estes elementos são calculados na perspectiva de uma guerra. Dispor de todos os elementos que, nos limites do previsível, dão segurança de vitória, significa dispor de um potencial de pressão diplomática de grande potência, isto é, significa obter uma parte dos resultados de uma guerra vitoriosa sem necessidade de combater. (GRAMSCI, 1968, p. 192-193).

No que se refere ao território, a observação feita por Gramsci, aproxima-o bastante dos tradicionais geopolíticos. Além dessas características necessárias para que um país seja considerado Grande Potência menciona, ainda, como fator imponderável, a posição ideológica ocupada pelo Estado no mundo em cada momento determinado.

A literatura produzida pela Ciência Política é pródiga ao considerar variáveis diversas que favoreçam o fortalecimento do poder do Estado. Entre essas podem ser lembrados desde o papel exercido pelas instituições políticas como a divisão clássica entre os três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário), a estabilidade da

economia, elementos não mensuráveis como a coesão nacional, os nacionalismos, os símbolos nacionais, não deixando de lado, alguns fatores de extrema importância: uma população apreciável, território tão vasto quanto possível ocupado e integrado, aliados a uma capacidade militar que possa proteger a população e as instituições, defendendo as fronteiras e a soberania, mantendo assim garantida a segurança nacional.

Evidentemente os autores que mais se dedicam a interpretações dessa natureza são aqueles identificados com uma corrente que, amplamente, poderia ser designada como realista, que congrega pensadores que veem no conflito e na guerra os motores que movimentam a História, formatam as fronteiras nacionais e internacionais e moldam os povos segundo suas vontades e concepções de mundo. Para fazer frente aos conflitos precisam os Estados, portanto, fortalecer o poder nacional que abrange quatro vertentes: poder político, poder econômico, poder militar e elementos psicossociais e que, resumidamente, significaria a capacidade mensurável e imensurável de todos os recursos de um país.

Por isso, aqueles que defendem o controle do aparato de Estado concentrado em mãos de um soberano ou de um governante (mais identificado com os padrões a partir do século XVIII), colocam o poder como elemento crucial e pensado sob óticas as mais variadas possíveis. No contexto interno, pregando a necessidade do fortalecimento do poder nacional; no plano internacional, esse aumento da capacidade seria fator primordial para desempenhar papel de primeira grandeza no cenário do grande jogo

que define os rumos do mundo. Nada mais natural que assim seja, porque entre os conceitos-chave da Ciência Política, o Estado e o poder ocupam lugar de proeminência, ainda que sob rubricas e interpretações teóricas bastante diferenciadas.

Daí pensadores como Nicolas Maquiavel, Thomas Hobbes, Raymond Aron, Hans Morgenthau, John Stoessinger, Joseph Nye Jr. ou Robert Kaplan. Sob olhares distintos, conferindo a cada variável um peso particular, nem por isso, deixam de se aproximar quando se coloca o poder como fator central da política dos Estados.

Ao avaliar a natureza do poder de um Estado-Nação, Stoessinger (1978, p. 22-57) elenca uma série de elementos necessários para se caracterizar uma nação e como esses devem ser pensados: uma base geográfica, um território próprio; a existência de um padrão econômico; uma língua comum; o caráter nacional. O poder dos Estados, por sua vez, deve estar amparado: em sua geografia, ainda que tenha perdido importância sobretudo com o advento da era atômica; a posse de recursos naturais; uma população considerável desde que utilizada de forma produtiva na criação de uma base industrial moderna que, por sua vez, possibilite a criação de forças militares de primeira ordem; natureza do governo; a liderança de uma nação, além dos aspectos psicológicos. Sobre este último aspecto lembra que “o aspecto psicológico do poder é importantíssimo de vez que o poder de uma nação pode depender, em grande parte, do que as outras pensam que ele seja, ou mesmo do que ela pense que as outras

nações pensam que ela seja". (STOESSINGER, 1978, p. 32)

Mas, certamente, é com aqueles que pensam com mais propriedade sobre o fatores geográficos que as políticas nacionais ganham vigor maior para ser medido em termos comparados com outros países. Nessa categoria de autores encontram-se os que defendem posturas às vezes mais belicosas para o fortalecimento do poder nacional, aqui incluindo mesmo pedaços de territórios alheios através das guerras de conquistas, por aquisições ou negociações, como fizeram os Estados Unidos ao ampliarem o território à custa do México e com as negociações para obter o Alasca.

São agentes, como os tomadores de decisão, militares, diplomatas e profissionais ligados aos setores de planejamento para ocupação do território, que passaram a ser conhecidos, no último século, como geopolíticos ou adeptos da geopolítica e que passaram a entender essa área de conhecimento como uma política de poder calcada nos fatores geográficos.

## **CONCEITO, AUTORES E TEORIAS GEOPOLÍTICAS**

A Segunda Guerra Mundial pode ser considerada um marco nas Relações Internacionais, quando a geopolítica foi utilizada na sua concepção mais criticada: a de ampliação do território de um Estado europeu (obviamente às expensas de outrem), rompendo fronteiras e soberanias, através das conquistas, com o uso da força.

Deve-se, todavia, fazer as devidas ponderações. O que a Alemanha hitlerista

pretendeu fazer, ao partir para a conquista de novos territórios e tentar estabelecer o Reich de 10 mil anos, não difere das políticas implementadas pelo menos ao longo dos últimos dois milênios por dezenas de povos, reinos, impérios e Estados, em todos os continentes. A história da humanidade está recheada por guerras, mais amplas ou conflitos de menor intensidade internos para a construção de um único reino ou Estado, ou externos envolvendo dois ou mais territórios, vitimando dezenas de milhões de pessoas.

O problema maior, verificado naquela oportunidade, é que a política realizada pelo III Reich de conquista de mais espaços, seria feita simultaneamente com o extermínio em massa de milhões de habitantes. Daí a repulsa às concepções geopolíticas e seus seguidores nos anos posteriores.

A geopolítica passou, assim, a ser identificada com políticas expansionistas, desrespeitando as regras de convivência propiciadas pelo Direito Internacional. Na grande guerra ocorreu, destarte, vínculos estreitos entre o uso da força e aquelas teorias que desde o final do século XIX foram gestadas, apregoando sobre como se deveriam comportar os Estados, entendendo esses, muitas vezes, como verdadeiros organismos vivos. Quer dizer, entidades que no decorrer do trajeto de sua história ampliavam ou viam reduzidos seus territórios, conforme suas capacidades militares e culturais em determinado momento.

As fronteiras corresponderiam, portanto, a uma membrana que poderia ser dilatada ou comprimida, como um movimento de sístole e diástole. A pressão maior de um dos lados



empurraria ou distenderia as fronteiras em seu favor, aumentando, conseqüentemente, seus domínios territoriais. Esse crescimento do Estado poderia ser tanto físico, quanto cultural, expandindo o território ou sua influência através de valores, da cultura do povo mais forte por ventura existente em um dos lados da fronteira.

Ainda que haja entendimentos diversos sobre o próprio conceito de geopolítica, a primeira característica é, portanto, sua identificação com políticas de poder. Tais políticas visam ocupar, preencher, integrar e proteger determinado território, resguardando assim a segurança nacional de um Estado. No limite, a geopolítica serviria para auxiliar a elaboração de políticas públicas com um intuito, além do fortalecimento do poder nacional: ampliar o território tanto quanto possível, apresentando tendências expansionistas e imperialistas.

É sob esse prisma que se percebe o entendimento do conceito de geopolítica por diversos autores e responsáveis, em grande parte, pela formulação e implementação das políticas públicas, sobretudo na defesa, segurança e planejamento da grande política de cada país, independentemente das modalidades de governo e de regime, e de latitudes.

É de forma ampla que a conceitua, por exemplo, Atencio (1975, p. 41):

Geopolítica é a ciência que estuda a influência dos fatores geográficos na vida e evolução dos Estados, a fim de extrair conclusões de caráter político. Guia o Estadista na condução da política interna e externa do Estado e orienta o militar na preparação da defesa nacional

e na condução estratégica: ao facilitar a previsão do futuro mediante a consideração da relativa permanência da realidade geográfica lhes permite deduzir a forma concordante com esta realidade em que se podem alcançar os objetivos e, em conseqüência, as medidas de condução política ou estratégica convenientes.

De forma mais sintética, Weigert (1942, p. 25) explica o que entende pelo assunto: geopolítica é a geografia aplicada à política de poder nacional e a sua estratégia de fato na paz e na guerra. Seguindo a tradição de Ratzel, autores como Hennig & Korholz (1977, p. IX), percebem a geopolítica como “a influência dos fatores geográficos, na mais ampla acepção das palavras, sobre o desenvolvimento político na vida dos povos e Estados”.

Poderiam aqui ser arroladas dezenas de autores conceituando o termo geopolítica, mas que pouco acrescentariam à idéia básica de como a interpretam na política dos Estados. O que se pode, contudo, perceber é que tanto os geopolíticos stricto sensu, como seus críticos ou detratores, compreendem o tema como foi originalmente colocado por diversos pensadores que, cada um a seu tempo, defenderam a importância dos fatores geográficos tidos como cruciais para a elaboração das políticas nacionais.

Dando ênfase no território, nos mares e no espaço aéreo, os autores que elaboraram teorias as fizeram conforme o entendimento do momento histórico, dos avanços tecnológicos e dos propósitos de cada país. Eram teorias que propunham o domínio do território como fator decisivo para a grandeza do Estado, o controle dos mares como forma de ampliação do poder

de um Estado ou a supremacia aérea como elemento mais atual para obter a supremacia em um conflito.

Friedrich Ratzel (1844-1904) e Rudolf Kjellén (1864-1922) poderiam ser citados como os autores que inicialmente pensaram o território enquanto fonte de poder. Ou seja, quanto mais território, maior a capacidade de um povo e de um governo. O primeiro já defendera princípios conhecidos como as leis do crescimento espacial dos Estados em texto publicado em 1896. Quatro anos depois divulgou novo trabalho sobre o solo, a sociedade e o Estado. Esses pequenos estudos davam sequência à grande obra por ele lançada a público entre 1885 e 1888 e que apresentava objetivo grandioso, explicar a história da Humanidade.

Os sete princípios ratzelianos que focalizam a evolução estatal enfatizam que: 1) O tamanho do Estado aumenta com seu nível de cultura; 2) O crescimento dos Estados é consequência de outras manifestações do crescimento dos povos que precedem necessariamente o crescimento estatal; 3) O crescimento do Estado passa pela anexação de membros menores ao agregado inicial. Simultaneamente a relação entre a população e sua terra se estreita continuamente; 4) A fronteira é o órgão periférico do Estado, o portador de seu crescimento assim como sua fortaleza, e participa em todas as transformações do organismo do Estado; 5) Em seu crescimento o Estado luta para alcançar posições valiosas do ponto de vista político; 6) O primeiro estímulo ao crescimento espacial dos Estados origina-se do exterior; 7) A tendência geral para a integração e nivelamento espaciais reproduz o crescimento de Estado a Estado e o

incrementa incessantemente. (RATZEL, 2011, p. 135-136)

Já no texto seguinte Ratzel retoma os apontamentos anteriores. Assim, considera que “todo crescimento da sociedade é, na realidade um crescimento do Estado”, entendendo a sociedade como “o intermediário pelo qual o Estado se une ao solo” (RATZEL, 1898-1899, p. 7-9)

Nascido na Suécia, Kjellen causara impacto ao publicar estudo propugnando o Estado como uma forma de vida, em 1918, justamente na Primeira Guerra Mundial.

Foi no curto espaço de uma geração, portanto, que a geopolítica terrestre adquiriu proeminência e acabaria influenciando períodos posteriores. De um lado, obras produzidas por Ratzel no final do século XIX, enquanto Rudolf Kjellen o fazia na Primeira Guerra Mundial, poucos anos depois que Halford Mackinder discursava em 1904 explicitando o que seria o eixo geográfico do mundo. Mais tarde, em 1919, esse último refinaria suas idéias com a menção à inexpugnabilidade da Eurásia, nos seguintes princípios: “Quem dominar a Europa Oriental comandará o Coração do Mundo; quem dominar o Coração do Mundo comandará a Ilha Mundial; quem dominar a Ilha Mundial comandará o mundo”. (MACKINDER, 1962, p. 150).

Em conjunto esses três autores influenciaram Karl Haushoffer (1869-1946) considerado figura de primeira grandeza no governo alemão, pelo menos nos anos iniciais, na época do grande conflito. Essa admiração fica bastante clara em seus escritos. Referindo-se a

Kjellen, com o qual se identificava fortemente enfatiza que:

...é em seu livro "O Estado como forma de vida" que, durante a segunda batalha do vale de Munster, em um abrigo dos Vosges, encontrei pela primeira vez, claramente enunciados, o termo e as reivindicações da Geopolítica. Pois, em verdade, não tivemos, fora da terra alemã, um amigo, mais generoso e mais clarividente, da vontade alemã de resistir que esse notável pensador político sueco e que era, ao mesmo tempo, um psicólogo dos povos (conhecedor da alma dos povos). (HAUSHOFFER, 1986, p. 97-112)

Para ele, Kjellen tinha conhecimento das agruras enfrentadas pela Alemanha, com a perda de território, sabendo que "a raça germânica tinha-se colocado em uma posição inicial desfavorável, do ponto de vista geopolítico, em um combate decisivo pelo espaço onde respirar, pela existência e pelas possibilidades de vida".

Kjellen e Ratzel apresentavam argumentos que iam ao encontro das expectativas germânicas, pelo fato, segundo Haushoffer, de entenderem a situação de seu país.

Ele [Kjellen] havia chegado a esta reflexão em função de suas investigações sobre as grandes potências do tempo atual, as quais foram por ele analisadas como formas de vida poderosas e homogêneas, cujas manifestações ele só pode captar através de um conjunto de abordagens variadas. Ele tinha definido, como primeira abordagem, aquela da geopolítica: o estudo dos traços fundamentais – ligados ao solo e determinados pela terra – do espaço dos fundamentos de Reich, da formação do solo e do país; nisso ele se colocava ao lado de Ratzel e tinha, junto com ele, a opinião de que quanto mais a economia

política fazia o Estado descer do papel para a terra firme, a geografia teria a tarefa de fornecer a base da pesquisa geopolítica e de qualquer outra pesquisa no âmbito das ciências políticas. Isto porque no começo do Estado lá já estavam o solo sobre o qual ele se encontrava, o caráter sagrado e santo da terra; foi sobre ele que o homem começou a construir, a desenvolver a economia, fez surgir o poder e a civilização; mesmo o nômade teve que partir de um pedaço de terra organizado. (HAUSHOFFER, 1986, p. 97-112)

Para Haushoffer, a história da Humanidade era regida pelo espaço. E era o espaço o elemento mais importante, decisivo que deveria ser considerado na política mundial, sendo que uma discussão sobre esse deveria levar na devida conta a forma como o espaço vital (Lebensraum) era dividido. Suas concepções do poder mundial e a necessidade de repensá-lo ficam claros nas seguinte afirmação: "as potências do mundo estão divididas em dois grupos fundamentalmente distintos: de um lado aquelas que têm muito mais espaço do que alguma vez poderiam dominar e, por outro, aquelas que contam com menos espaço que o que deveriam ter para alimentar de forma adequada a sua atual população." (HAUSHOFFER, 1976, p. 87).

Concordando plenamente com Kjellén, realçava que "usamos deliberadamente analogias biológicas, porque as fronteiras são organismos biológicos do Estado" (HAUSHOFFER, 1976, p. 92), e explica o que deve a Alemanha pensar em termos geopolíticos: "Para nós, os alemães, é da maior importância que compreendamos que carecemos até mesmo do mais mínimo espaço

vital. A educação política mundial da Alemanha deve, portanto, fazer compreender incansavelmente que a mutilação de nosso território nacional é intolerável.” (HAUSHOFFER, 1976, p. 92-93).

A invasão alemã à União Soviética em 1941 teria contrariado as expectativas de Haushoffer que preferia comportamentos diferentes da política do III Reich, concentrando inicialmente esforços na Europa Ocidental. O rompimento do acordo Ribbentrop-Molotov ia contra seus princípios geopolíticos de conquistar o coração do mundo, como propugnado por Mackinder, apenas em etapa posterior.

Se o território merecia primazia na análise desses autores, bem como em seus seguidores como Ellen Semple, outros defendiam o controle dos mares como fator importante para o fortalecimento do poder nacional. Era o que fazia, por exemplo, Alfred Thayer Mahan (1840-1914) ao considerar a necessidade de forte poder marítimo para que o reino britânico pudesse consolidar-se cada vez mais. (MAHAN, 1957)

Ao mesmo tempo que a produção geopolítica mereceu destaque em território norte-americano nos anos da Segunda Guerra Mundial, Nicholas John Spykman elaborou o que ficou conhecido como a teoria das fímbrias marítimas, em obra originalmente publicada em 1942. Nesta, o território norteamericano deveria ser protegido desde o Alasca até a costa sul-americana, enquanto que, pelo lado atlântico, proteção deveria ser realizada abarcando desde a Groenlândia até o promontório nordestino brasileiro. (SPYKMAN, 1944). Dois anos depois, prosseguiria com suas preocupações sobre a área em novo livro. Discorria então sobre o

problema da segurança do Hemisfério Ocidental projetando inclusive o seu futuro e comentando as posições de Mackinder na Eurásia. Ao mesmo tempo criticava a geopolítica como entendida pela Escola Germânica que via naquela uma filosofia global de história (SPYKMAN, 1944a).

O avanço tecnológico, entretanto, trouxe outras reflexões desde o surgimento das aeronaves, convertidas agora em novas máquinas de guerra. O poder aéreo passou, assim, a ser defendido, como vital, para se obter vitórias em qualquer conflito, utilizando-o de forma conjugada com as forças terrestres e marítimas. Autores como A. F. Seversky e J. Douhet inscrevem-se nessa categoria de defensores do controle do espaço aéreo.

Independentemente da modalidade de aplicação de esforços para ampliar ou solidificar posições dominando áreas terrestres, os mares ou o espaço aéreo, esses autores passaram a ser identificados como deterministas. Ou seja, autores para quem a geografia é fundamental na história dos Estados e dos povos.

Mas uma postura diferente era, igualmente, observada em oposição a essas concepções de poder, que apresentavam reflexos diretos nas relações internacionais. Parte expressiva dessa literatura originou-se a partir dos inícios dos anos 30, justamente quando ganhavam forças as teorias expostas por Ratzel, Kjellen e Mackinder.

Curiosamente, pensadores franceses foram os grandes responsáveis por produzir vasta literatura desde então, contrapondo-se ao determinismo geográfico, concepção que era apreciada em território germânico. Conhecidos como possibilistas consideravam a geografia

como fator importante na história dos povos e dos Estados. Mas não a entendiam como determinante na elaboração das políticas, que deveriam, isso sim, receber atenção sob outro prisma. Embora importante, a geografia, os fatores geográficos, poderiam e deveriam ser manipulados pelos homens na elaboração e implementação de políticas visando o desenvolvimento nacional.

Contrapondo-se ao discurso e prática deterministas, percebendo essas como expansionistas, a produção de autores possibilistas, entretanto, esbarrava em sério obstáculo. Ainda que não os defendessem, pareciam ignorar o fato de que parte significativa dos países europeus considerava importante o domínio de grandes territórios, daí as políticas colonialistas por eles praticadas em outras partes do mundo como em África Ásia, Oriente Médio e nas Américas. Entre outros autores podem ser mencionados, nesta categoria, por exemplo, Vidal de La Blache, Jean Gottman, Claude Raffestin, Elisée Reclus e Yves Lacoste.

A preocupação dos pensadores franceses sobre o tema tem sua razão de ser. Afinal de contas a fronteira oeste, com a Prússia e, posteriormente, com a Alemanha, sempre enfrentou dificuldades consideráveis. Por isso mesmo, eram interpretadas como vivas ou dinâmicas, bastando lembrar o conflito franco-prussiano em 1870 e a ocupação germânica durante a Segunda Guerra Mundial. O contrário se verifica na fronteira oeste francesa, com a Espanha e Andorra, considerada morta, sem qualquer tipo de conflito e, em parte, com

elementos comuns de ambos os lados na região da Catalunha.

As fronteiras são elementos percebidos como fundamentais para os geopolíticos, pois a partir delas se dá a expansão ou contração dos territórios, estendendo-se ou contraindo-se como membrana do corpo humano. E também, altamente permeáveis, semelhante a um sistema de vasos comunicantes, com o país com maior capacidade militar, política, econômica e cultural pressionando os seus vizinhos. São esses, inclusive, os fatores considerados por Ratzel em sua teoria de crescimento dos Estados e por Kjellen, comparando o Estado a entes vivos.

## AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E AS DEMANDAS GEOGRÁFICAS

A História e a política se encontram entrelaçadas com a geografia. Quando as regras e normas do Direito Internacional (relativamente recentes) não existiam, ou sequer eram pensadas, as disputas pela conquista de mais espaço foram quase sempre resolvidas nos campos de batalha, onde prevalecia na maior parte das vezes o direito do mais forte, daquele que dispusesse de mais soldados e equipamentos militares. Esse via, assim, seus domínios estendidos muito além de suas fronteiras, ultrapassando mesmo milhares de quilômetros e alcançando outros continentes.

Os grandes impérios da antiguidade, sejam os europeus ou asiáticos, são exemplos visíveis das políticas de conquista na tentativa de, rompendo as fronteiras alheias, constituir um único reino, ou o maior possível, com um único soberano sob os desígnios do céu.

Consideravam-se com o direito de tudo conquistar e obter, dependendo, portanto, de suas próprias vontades e capacidades. Quanto mais territórios e possessões melhor, porque com eles aumentariam suas riquezas. Mas essa situação só poderia ser considerada permanente enquanto fossem capazes de mantê-la, pelo uso da força e pela capacidade superior. Perdas essas, seriam relegados a plano de segunda categoria podendo ver esfacelados seus impérios, além, obviamente, das próprias dissensões internas na disputa pelo controle do poder.

A literatura que trata da guerra, da formação dos povos e dos territórios é bastante vasta e antiga, apontando os vínculos entre a geopolítica e as relações internacionais, ainda que tais designações não existissem. Tucídides, Heródoto e Homero são alguns exemplos clássicos que narram a epopéia dos povos daquelas épocas. Mas também pode ser observada a existência de grandes obras que pregavam a necessidade de convivência pacífica e, se possível, uma integração dos povos, como escreveu Abade de Saint Pierre (1658-1743) séculos atrás.

Em meados do segundo milênio da era cristã, pensadores do mundo ocidental tornaram-se bastante conhecidos e alvo de atenção que perdura até hoje, e que se debruçaram sobre as virtudes ou desmandos do poder, a necessidade de centralização do controle de mando em mãos de um soberano, ou as formas de conquista e manutenção do poder. Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes costumam ser cotidianamente lembrados para se falar no Estado moderno, onde a política, o

poder e o Estado ocupam lugar primeiro em suas reflexões. Autores realistas, sem qualquer sombra de dúvida, que expunham sem deixar qualquer sombra de dúvida as políticas de poder necessárias para que um Estado pudesse suplantar as adversidades externas e internas.

Hobbes, inclusive, é utilizado como uma das principais referências tendo feito, inicialmente, a separação entre política interna e política externa, ou seja, delimitando as propriedades dentro e fora das fronteiras de um Estado. (FORSYTH, 1980, 67-74) Tratava-se, assim, das discussões que seriam responsáveis pela formação das modernas relações internacionais, como diz, por exemplo Heddeley Bull (2002, p. 31-64).

A tradição hobbesiana descreve as relações internacionais como um estado de guerra de todos contra todos, um cenário de luta em que cada estado se coloca contra todos os demais. Para os hobbesianos as relações internacionais consistem no conflito entre os estados, lembrando um jogo totalmente distributivo, de soma zero: os interesses de cada estado excluem os interesses de todos os outros. Deste ponto de vista, a atividade internacional mais típica, e que melhor define o quadro das relações entre os estados, é a guerra. A paz corresponde a um período de recuperação da última guerra e de preparação para a próxima. A prescrição hobbesiana correspondente é a de que o estado tem liberdade para perseguir suas metas com relação aos outros estados, sem quaisquer restrições morais ou legais. As idéias de lei e moralidade só são válidas no contexto de uma sociedade, mas a vida internacional ultrapassa os limites de qualquer sociedade. Os objetivos morais ou legais seguidos no exercício da política internacional só podem ser os do estado que a pratica ...Segundo a tradição

hobbesiana, as únicas regras ou princípios que podem limitar ou circunscrever a conduta dos estados no seu inter-relacionamento são as regras de prudência e conveniência. Assim, os tratados só são respeitados se forem convenientes. (BULL, 1980, p. 32-33)

Outros escritores, entretanto, antes mesmo desses contemporâneos, foram igualmente importantes e analisaram com vigor o papel exercido pelos governantes e pelos reinos, embora sejam, comparativamente com os pensadores europeus, pouco divulgados no mundo ocidental. Kautilya (350 aC - 277 aC) e Ibn Jaldun (1332-1406) são dois desses exemplos. O primeiro, indiano, e o segundo árabe.

Independentemente de suas origens e localizações geográficas expuseram nos séculos IV aC e XIV, respectivamente, as origens e as evoluções da história mundial. Enquanto Kautilya se detém mais no problema do poder político, como deve o rei se comportar e manter a soberania estatal, entre diversos outros itens igualmente importantes, que dizem respeito à vida política, os caminhos trilhados por Jaldun são um pouco diferentes. Este divide sua obra em três grandes partes onde trata da sociedade humana, do desenvolvimento dos reinos, soberanos, artes, ciências, meios de subsistência, riquezas, a história dos árabes e de seus diversos povos, assim como a dos berberes e os Zanata sobretudo na região do Magreb.

Distanciados pela geografia e pelo tempo, e localizados em países culturalmente distintos esses escritores mostram, entretanto, que as preocupações eram praticamente as mesmas para todos: a formação e solidificação dos

reinos, a manutenção do poder e as relações entre o que modernamente se poderia chamar de Estado e sociedade.

O continente europeu é repleto de exemplos onde história, política e geografia se encontram intimamente ligados, através da constituição dos reinos desde a Idade Média até as eras moderna e contemporânea. É o que se pode depreender, por exemplo, de textos como o de Robert S. Lopez (1965) que trata justamente da constituição e divisão da Europa.

A ênfase de Lopez é sobre largo período da história européia, a Idade Média, ainda que suas preocupações deixem de lado parte significativa dos eventos como as batalhas e personagens, como ele mesmo ressalva. Assim, traça em linhas gerais o que vai realizar em seu estudo, justificando as escolhas:

Foi na Idade Média que a civilização européia criou a sua própria unidade. Não bastava que se alicerçasse na geografia física e humana do território que a viu nascer. Se hoje temos por costume distinguir no mapa-do-mundo uma região natural que vai de Portugal até a Rússia e do Ártico ao Mediterrâneo já os Antigos viam com igual clareza uma outra região natural cujo eixo era o Mediterrâneo e cujos limites eram traçados pelo Reno e pelo Danúbio a norte e os grandes desertos a Sul. Em ambos os casos, estamos em presença de populações diferentes que uma cultura comum aproximou. À escolha feita, entre as diversas possibilidades que a geografia oferece, é antes de tudo um fato de cultura; fato que pouco deve às condições materiais que o acompanharam, ou pelo menos não resulta inteiramente delas. Contudo, nada mais artificial, e portanto mais falso, do que esboçar o retrato da época desprezando as condições materiais. (LOPEZ, 1965, p. XII)

O mesmo faz Fernand Braudel em seu grande estudo sobre o mar Mediterrâneo. Ao analisar o mundo mediterrâneo do século XVI Fernand Braudel tece extensas observações sobre a geografia regional, comentando as peculiaridades apresentadas pelas montanhas e planaltos, planícies, orlas marítimas e o clima. Mostra, assim, como se desenvolveram as civilizações ao longo das margens mediterrâneas, as dificuldades encontradas para a formação dos reinos e a própria influência do meio ambiente, como as distâncias, facilitando ou dificultando as administrações públicas e o comércio. Há necessidade, portanto, de se estar atento à complexidade desses fatores como um todo para analisar o desenvolvimento dos próprios povos.

Se não se tiver sempre presente a realidade deste vasto e complexo espaço, deste Grande Mediterrâneo, será muitas vezes difícil compreender a história do mar interior; ponto de concentração de tráfico e riquezas e retransmissor dessas mesmas riquezas (por vezes, perdendo-as irremediavelmente), o Mediterrâneo só pode avaliar-se globalmente pelas suas áreas de influência. (BRAUDEL, 1995, p. 194)

Em outros termos, o Mediterrâneo poderia ser visto como “moldadora de civilizações”, já que situado em regiões de confluência geográfica distintas.

A história do Mediterrâneo orienta-se tanto segundo um polo europeu como segundo um polo desértico. Entre o mar e estas vastas regiões desoladas estabelece-se um processo de atração mútua. O paradoxo, a originalidade do

Mediterrâneo é o contato entre uma enorme massa de água e um continente desértico, e, no caso, da transição para o mar Vermelho e para o oceano Índico, a incorporação do deserto nessa massa de água. (BRAUDEL, 1995, p.195)

Constituídos os modernos Estados nacionais, como atualmente os conhecemos, nem por isso os governantes sentiram-se na obrigação de obedecer princípios que se pretendiam universais, de respeito aos direitos de outros povos. Observa-se justamente o contrário. Por isso, pode-se contar às centenas os conflitos entre Estados soberanos nos últimos séculos, seja na Europa, na Ásia, seja nas Américas. Conflitos esses, motivados por demandas territoriais, por divergências fronteiriças, por ampliação de espaços sempre maiores para suas populações e suas empresas. Ao assim se comportarem, pretendem não apenas ampliar seu território, mas também suas riquezas, preocupando-se em ter amplo domínio sobre sua própria geografia, população e recursos naturais que se demonstrem favoráveis para alavancar seu desenvolvimento e a elaboração de estratégias de defesa e ataque.

Foi esse o comportamento adotado, por exemplo, pelos Estados Unidos da América. Ao aumentar consideravelmente seu território na guerra contra o México, e enfrentando uma guerra interna de grandes proporções, se preocuparam rapidamente em aproximar os dois oceanos através das estradas de ferro. A ação governamental não poupou esforços para ocupar em curto espaço de tempo todo o novo espaço, ainda que as consequências recaíssem sobre as populações indígenas basicamente entre as décadas de 1840 a 1880.



Essa preocupação de ligar os principais pontos do país, visando facilitar a ocupação e integração nacionais é recorrente, principalmente no planejamento de todos os Estados possuidores de vastos territórios, como nos casos da Rússia e do Brasil. A Transiberiana foi uma das formas encontradas pelo governo russo para unir o gigantesco território, da mesma forma que a China faz com as ligações ferroviárias recentes, como o trecho Pequim-Cantão com 2298 quilômetros inaugurado em 26 de dezembro de 2012. O Brasil também procurou, ainda que de forma desordenada, trilhar os mesmos caminhos. Com comportamentos dessa natureza, esses países venceram as dificuldades encontradas, muitas vezes enfrentando meio ambiente hostil, para beneficiar tanto as políticas domésticas, atender as necessidades de consumo energético de parques industriais, quanto fortalecer suas capacidades buscando fazer frente a possíveis adversidades internacionais.

Se isso se verifica de um lado, no âmbito das políticas internas, mesmo com a existência de instâncias que estabelecem os deveres dos Estados, as disputas por territórios junto ou mesmo distantes de suas fronteiras permanecem como elemento atual nas políticas governamentais de inúmeros países ao redor do mundo. Não apenas isso, mas igualmente numerosas são as demandas para a constituição de novas unidades nacionais, justificadas seja pelas características multiétnicas, linguísticas ou culturais de populações (normalmente minoritárias) que se acham prejudicadas, sufocadas e sem identificações mais profundas com os demais grupos dentro de um mesmo

território nacional, sob a guarida de um governo considerado estranho aos seus interesses.

Reivindicações para a criação de novos Estados, quebrando aqueles nos quais estão inseridas, tem sido observadas em número apreciável, por comunidades que procuram, destarte, lugar soberano nas Relações Internacionais, com territórios próprios. A região de Quebec, parte francesa do Canadá, a Padânia na Itália, os bascos e os catalães na Espanha, as propostas de Organizações Não-Governamentais para a criação de um Estado indígena autônomo na Amazônia, os flamengos na Bélgica, além dos palestinos constituem-se em vivos exemplos de demandas que indicam a importância de um território e a criação de um Estado próprio para defender seus interesses particulares. Mesmo no Brasil propostas foram apresentadas para a separação do Sul do país, em anos não tão distantes.

Em circunstâncias ainda que pouco diferentes, países, entre os quais se situa o Brasil, reivindicam parcela do continente antártico, até agora livre de ocupações com finalidades econômicas e estratégicas, protegido pelo acordo que vigora até 2049. Mas as experiências realizadas em dito continente, assim como a presença permanente através de missões de estudo e pesquisa, são argumentos lembrados (e tidos como necessários) para ocupar o continente gelado. No caso brasileiro, há propostas geopolíticas defendendo a criação de critérios para divisão da Antártica por intermédio do que se convencionou chamar de teoria da defrontação. Nesta concepção, parte-se do centro do continente antártico, traçando-se duas linhas em direção aos pontos mais

extremos de cada país (Leste e Oeste) que reivindica parcela territorial, formando faixas como se fossem pedaços de uma grande pizza.

Discordâncias inúmeras podem também ser encontradas no próprio continente sul-americano, como a guerra entre o Reino Unido e a Argentina pelo controle das ilhas Malvinas no Atlântico Sul em 1982, disputas entre a Argentina e o Chile pelo canal de Beagle, as guerras entre Equador e Peru nos anos de 1990, o imbróglio sobre a região do Essequibo, ou a demanda da Bolívia por uma saída para o mar (perdida na Guerra do Pacífico em 1879). Este último critica também, ainda hoje, a aquisição por parte do governo brasileiro do território do Acre no início do século XX.

Todos esses exemplos são divergências próximas às fronteiras brasileiras, onde a geografia está no cerne da questão. Da mesma forma, o Paraguai, juntamente com a Bolívia, considerados países mediterrâneos, reivindicam saídas diretas para o Oceano Atlântico, que lhe são propiciadas pelo Brasil através dos portos de Paranaguá-PR e Santos-SP. Mas ambos os países convertem-se, por outro lado, em prisioneiros geopolíticos, porque dependem tão somente da boa vontade do governo brasileiro. Pior no caso boliviano que, enclausurado no centro do continente, sofre limitações para desenvolver a contento suas próprias Forças Armadas, visto que a Força Aérea e a Força Naval permanecem sem possibilidade de livre acesso aos oceanos, uma vez que teriam que solicitar autorização (no caso da Força Aérea) para sobrevoar espaço alheio. Restringem-se essas, portanto, a tarefas no âmbito doméstico.

Se a Alemanha tinha como uma de suas políticas orientadoras o aumento de seu espaço vital (*Lebensraum*), ironicamente o mesmo tipo de raciocínio é implementado pelo Estado de Israel após 1967, quando teve seu território substancialmente ampliado, após vitoriosa guerra contra seus vizinhos.

Ao analisar a história em grandes traços, Tambs (1983, p. 73-104), mostra as influências sofridas pela política internacional através da geopolítica. Para ele, “a geografia é a constante na formulação da política internacional e da doutrina estratégica”. Vários exemplos que vão da Eurásia ao mundo ibérico, passando pelos Estados Unidos do século XVIII são utilizados para indicar como a geopolítica, por ele entendida como “os estudos que investigam o elemento geográfico das relações internacionais” (TAMBS, 1983, p. 73), se converteu em fator importante na conduta das grandes potências.

O elemento territorial, ainda que no contexto das últimas décadas caracterizadas pela interdependência e globalização, resultantes dos processos acelerados dos meios de comunicação sociais e viários e a internacionalização da economia, ao contrário do propalado está imune ao discurso sobre o final das fronteiras. Paradoxalmente, com o contexto globalizado acirraram-se os movimentos nacionalistas. Não só isso, mas rejeita-se profundamente a defesa do final das soberanias, em nome de uma proposta única para governar e gerenciar os recursos ambientais globais.

Cada país considera-se proprietário de seu território, de forma una e indivisível, não aceitando ingerências em seus domínios,

lançando mão dos princípios tradicionais da geopolítica e lembrando que território é poder. Cada Estado é, portanto, portador de uma concepção individual e tem entendimento próprio de como se deve inserir no mundo e disputar o jogo das relações internacionais.

Por isso mesmo, verifica-se, por exemplo, para os países em desenvolvimento, ressalvas fortes em relação aos argumentos apresentados em 1987 na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas acerca do gerenciamento dos recursos naturais que seriam patrimônio comum da Humanidade. Para países como o Brasil e os demais da Bacia Amazônica, a região norte do continente sul-americano é daqueles que dela fazem parte, rejeitando-se os conceitos de soberania compartilhada conforme apresentado nesse relatório coordenado por Gro Harlem Brundtland.

Nesse estudo menciona-se que “as formas tradicionais de soberania nacional geram problemas específicos quanto à administração dos ‘bens comuns do globo’ e de seus ecossistemas – os oceanos, o espaço cósmico e a Antártica. Já se obteve algum progresso nas três áreas, mas ainda há muito por fazer”. (CMMAD, 1988, p. 21). Mais adiante aponta como deve ser feito o gerenciamento dos recursos comuns:

...O conceito de soberania nacional foi basicamente alterado pela interdependência nos campos econômicos, ambiental e de segurança. Os bens comuns a todos não podem ser geridos a partir de um centro nacional. O Estado-Nação não basta quando se trata de lidar com ameaças a ecossistemas que

pertencem a mais de um país. Só é possível lidar com as ameaças à segurança ambiental através de administração conjunta e de processos e mecanismos multilaterais. (CMMAD, 1988, p. 337) A opção mais econômica que se apresentou foi a melhoria e expansão do sistema Utinga já existente. Pode-se citar como vantagens de utilização do rio Guamá, acoplado a um sistema de reservação (Água Preta e/ou Bolonha):

## CONSIDERAÇÕES

Para os geopolíticos tradicionais, os elementos geográficos são os que mais devem pesar na elaboração das políticas nacionais. Portanto, seriam os mais importantes, uma vez que se constituem em indicadores permanentes, podendo-se prever o futuro através dessas variáveis. O destino de um país estaria, então, condicionado, em grande parte por sua geografia. Nesse sentido, seriam defensores da visão que a geopolítica determina os rumos da história.

Não resta dúvidas de que os fatores geográficos sempre foram, são e continuarão desempenhando papel de significativa importância para todos os povos e Estados. Quanto maior o país, melhores as possibilidades de se obter recursos naturais, atender sua população, de se elaborar políticas de defesa e ataque, de manter a segurança nacional, portanto, assegurar a soberania nacional. Mas grandes territórios devem estar ocupados, integrados através de eficiente infraestrutura como meios de comunicação viários e saídas adequadas para os mares.

Raciocínios que consideram a geografia como elemento fundamental, determinante na

vida de um povo e de um Estado só podem, por outro lado, ser pensados nos moldes tradicionais, sem levar na devida conta os avanços tecnológicos, verificados a partir da segunda metade do século passado. Os investimentos em ciência e tecnologia, em pesquisa e desenvolvimento, passaram a adquirir importância capital na aferição do poder mundial.

Se a geografia era considerada fator crucial e medidor primeiro do poder nacional de um Estado, a mesma viu reduzida sua importância no decorrer do tempo. Da mesma forma que as forças armadas, a situação e o espaço territorial passaram a assumir papéis mais discretos. Afirmar nesta direção não significa dizer que os Estados, quaisquer que sejam suas dimensões e localização, abram mão de parcelas de seus territórios. Isso é visível através das demandas para a construção de novos Estados, de defesa do meio ambiente dentro de cada território, etc. A perspectiva que um Estado adota nas Relações Internacionais é sempre representada por uma ótica azimutal.

Mas o poder, elemento tão importante nas avaliações geopolíticas, e que serviram e continuam em grande parte sendo utilizadas para aferir a capacidade relativa de cada país no cenário internacional, igualmente alterou seu foco. Se os equipamentos militares, a quantidade de soldados eram os que mais tinham peso para detectar a superioridade de um Estado sobre os demais, não necessariamente essas variáveis desempenham tal função nos lustros mais recentes.

No cenário atual, o controle de tecnologia dura e branda (como os softwares), os recursos

humanos de alta qualidade, o domínio de patentes que possam influenciar o comportamento do mundo em termos econômicos, políticos, tecnológicos e culturais adquiriram dimensão jamais observada. Nesse sentido, a geopolítica continua importante sob muitos aspectos. Outras vertentes e variáveis devem, porém, ser igualmente ponderadas e que fazem a diferença na aferição de poder entre as nações.

Países com menor capacidade territorial, mas detentores de alta tecnologia (além de ajuda externa, obviamente), passaram a jogar papel cada vez maior na pirâmide mundial de poder, em detrimento dos tradicionais fatores geográficos e demográficos. Nessa categoria poderiam ser lembrados países como Israel, Japão, Taiwan e outros do sudeste asiático, que detendo elementos diversos e possuidores de pouco território e recursos naturais, nem por isso ficam relegados no segundo plano das relações internacionais.

Mas Estados detentores de grandes territórios e recursos naturais, ainda que enfrentem dificuldades, jamais deixarão de exercer papel de relevância na comunidade internacional, precisamente por causa das vantagens comparativas desses indicadores. Nesse sentido, a geografia e a geopolítica continuam importantes como sempre foram.

## NOTAS

<sup>i</sup> Professor colaborador voluntário da Universidade Estadual de Campinas. Professor Titular [aposentado] e Livre-Docente em Política Comparada e Relações Internacionais. Professor dos cursos de Pós-Graduação em Ciência

Política da UNICAMP e de Pós-Graduação em Relações Internacionais UNESP-UNICAMP-PUC/SP.

E-mail: [shiguenoli@gmail.com](mailto:shiguenoli@gmail.com)

<sup>1</sup> Sob vários aspectos este escrito apresenta semelhanças com outros produzidos pelo autor sobre o mesmo tema, desde o final dos anos 1970. A produção deste texto contou com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), através de Bolsa de Produtividade em Pesquisa 1B concedida ao autor.

## REFERÊNCIAS

- ATENCIO, Jorge E. - *Qué es la geopolítica*, 2ª ed. Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1975, 384 p.
- BRAUDEL, Fernand - *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo*, vol. I, 2ª ed. Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1995, 695 p.
- BULL, Hedley - *A sociedade anárquica*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília/Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2002, 361 p.
- CMMAD - *Nosso futuro comum*. São Paulo, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988, 430 p.
- FORSYTH, Murray - Thomas Hobbes e as relações exteriores dos Estados. *Relações Internacionais*, Brasília, UnB/Câmara dos Deputados, ano 3, nº 5, p. 67-74, 1980.
- GRAMSCI, Antônio - *Maquiavel a politica e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968, 444 p.
- HASSINGER, Hugo - *Fundamentos geográficos de la Historia*. Barcelona, Ediciones Omega S.A., 1958, 364 p.
- HAUSHOFER, Karl - Poder y espacio, in RATTENBACH, Augusto B. (Comp.) - *Antologia geopolítica*. Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1975, p.83-95.
- HAUSHOFER, Karl - *De la géopolitique*. Paris, Fayard, 1986, 268 p.
- HENNIG, R. & KORHOLZ, L. - *Introducción a la geopolítica*. Buenos Aires, Editorial Pleamar, 1977, 281 p.
- JALDUN, Ibn - *Introducción a la historia universal (Al-Muqaddimah)*. México, Fondo de Cultura Económica, 1997, 1168 p.
- KAUTYLIA - *Arthashastra*. Bangalore/India, Bangalore Government Press, 1915, 613 p.
- LOPEZ, Robert S. - *O nascimento da Europa*. Lisboa, Edições Cosmos, 1965, 512 p.
- MACKINDER, Halford J. - *Democratic ideals and reality*. New York, The Norton Library, 1962, 293 p.
- MAHAN, Alfred Thayer - *The influence of seapower upon History*. New York, Hill and Wang, 1957, 497 p.
- MORGENTHAU, Hans - *A política entre as nações. A luta pelo poder e pela paz*. Brasília/São Paulo, Editora Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais, 2003, 1152 p.
- RATZEL, Friedrich - *The history of mankind*, 3 vol. London, Macmillan and Co., Ltd, 1896.
- RATZEL, Friedrich - *Le sol, la société et l'État. L'Année Sociologique*, Paris, vol. III, p. 1-14, 1898-1899.
- RATZEL, Friedrich - *Las leyes del crecimiento espacial de los Estados. Geopolítica*, Madrid, vol. 2, nº 1, p. 135-156, 2011.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean Baptiste - *Introdução à história das relações internacionais*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, 543p.
- SPYKMAN, Nicholas John - *Estados Unidos frente al mundo*. México Fondo de Cultura Económica, 1944, 482 p.

SPYKMAN, Nicholas John - *The geography of the peace*. New York, Harcourt, Brace and Company, 1944a , 66 p.

STOESSINGER, John G. - *O poder das nações. A política internacional de nosso tempo*. São Paulo, Editora Cultrix, 1978, 632 p.

TAMBS, Lewis - A influência da geopolítica na formação da política internacional e da estratégia das grandes potências. *Política e Estratégia*, São Paulo, Centro de Estudos Estratégicos, vol. I, n° 1, p. 73-104, 1983.

TOCQUEVILLE, Alexis de - *Democracia na América*, 2.<sup>a</sup> ed. São Paulo, Livraria Martins Fontes Editora, 2005, vol. I, 560p.

WEIGERT, Hans W. - *Geopolítica - Generales y geógrafos*. México, Fondo de Cultura Económica, 1942, 277 p.